Manuel da Costa — exonerado do lugar de ajudante do posto do registo civil da freguesia de Casevel, concelho de Santarem.

José do Carmo Fernandes — nomeado ajudante do posto do registo civil da freguesia de Casevel, concelho de Santarem.

José de Sousa Carvalho — exonerado, a seu pedido, do lugar de ajudante do posto do registo civil da freguesia de Sousa, concelho de Gondomar.

João Martins de Sousa — nomeado ajudante do posto do registo civil da freguesia de Sousa, concelho de Gondomar.

Antonio da Costa Paes Abranches do Amaral — exonerado, a seu pedido, do lugar de ajudante do posto do registo civil da freguesia de Midões, concelho de Tábua.

Armando Soares de Albergaria — nomeado ajudante do posto do registo civil da freguesia de Midões, concelho de Tábua.

José Maria Augusto — nomeado ajudante da Repartição do Registo Civil do concelho do Fundão, districto de Castello Branco.

Domingos Belleza Paes Moreira — nomeado ajudante da Repartição do Registo Civil do concelho de Gondomar.

Augusto Pinheiro Mourisca — nomeado ajudante do posto do registo civil na freguesia de Albergaria-a-Velha, concelho do mesmo nome.

José Benjamim de Magalhães — nomeado ajudante do posto do registo civil na povoação de Arco de Braulte, concelho de Cabeceiras de Basto.

Antero Horta Pacheco — nomeado ajudante da Repartição do registo civil no dito concelho de Cabeceiras de Basto.

Antonio Rodrigues Simões — nomeado ajudante do posto do registo civil na freguesia de Villa Fresca de Azeitão, concelho de Setubal.

Antonio Rodrigues Teixeira — idem, idem, na freguesia de Alcanena, concelho de Torres Novas.

José Monteiro Cardoso — nomeado ajudante do posto do registo civil na freguesia de Louriceira, concelho de Santarem.

Antonio Maria Ribeiro — nomeado ajudante da Repartição do Registo Civil no concelho de Villa Velha de Rodam.

José Matoso — nomeado ajudante da Repartição do Registo Civil no concelho de Villa do Bispo.

José Lino Pereira — nomeado ajudante do posto do registo civil na freguesia de Budens, concelho de Villa do Bispo.

Ambrosio Rodrigues — nomeado ajudante do posto do registo civil na freguesia da Cardanha, concelho de Moncorvo.

Antonio Rodrigues Baião — nomeado ajudante do posto do registo civil na freguesia de Arega, concelho de Figueiró dos Vinhos.

João Dias Milheirigo — nomeado ajudante da Repartição do Registo Civil no concelho do Sardoal.

João José da Costa Mendes — nomeado ajudante da Repartição do Registo Civil no concelho de Alandroal.

Joaquim José Francisco da Silva — nomeado ajudante do posto do registo civil na freguesia da Lavra, concelho de Matozinhos.

Joaquim Guilherme Ferraz — idem, idem, na freguesia de Perafita, do mesmo concelho.

Antonio da Silva Santos — nomeado ajudante do posto do registo civil na freguesia de Leça do Bailio, do mesmo concelho.

Henrique Soares Carneiro — idem, idem, na freguesia de Custodias, do mesmo concelho.

Antonio Ferreira da Costa — idem, idem, na freguesia de S. Mamede de Infesta, do mesmo concelho.

Rectificações

O ajudante da Repartição do Registo Civil do concelho de Arganil é Manuel da Costa Duarte e não Manuel Duarte, como foi comunicado e se publicou.

O concelho a que pertencem os postos do registo civil, criados nas freguesias de Cavez, Villar, Samão e Bucos, é o de Cabeceiras de Basto e não de Esposende, como foi publicado.

O nome do ajudante do posto do registo civil da freguesia de Troviscal, concelho da Certã, é Adelino Barata de Figueiredo e não Avelino Barata de Figueiredo, como foi publicado.

O nome do ajudante do posto do registo civil no Outeiro Grande, freguesia de Assentiz, concelho de Torres Novas, é João Luciano Pereira e não José Luciano Pereira, como foi publicado.

O nome do ajudante do posto do registo civil da freguesia de Lagoaça, concelho de Freixo de Espada-a-Cinta, é Manuel Antonio Tavares e não Manuel Antunes Tavares, como foi publicado.

No posto do registo civil da freguesia de Chacim, con-

celho de Macedo de Cavalleiros, entra a freguesia de Paredo e não de Penedo, como foi publicado.

O nome do ajudante do posto do registo civil da freguesia de S. Martinho de Angueira e não Angueira, como foi publicado, concelho de Miranda do Douro, é Afonso Maria Capellas e não Afonso Mario Capellas, como foi publicado.

O posto do registo civil da freguesia de Caravellas, concelho de Mirandella, comprehende a freguesia de Valle de Asnes, e não de Azues, como foi publicado.

No concelho de Moncorvo foi criado o posto do registo civil na freguesia de Lousa e não Lusa, como foi publicado.

O posto do registo civil da freguesia do Zoio, concelho de Bragança comprehende Carrazedo e não Carrazendo como foi publicado.

O posto do registo civil da freguesia de Villar Sêco, concelho de Vimioso, comprehende Quiraz e não Queiroz como foi publicado.

O posto do registo civil da freguesia de Penhas Juntas, concelho de Vinhaes comprehende Cellas e não Cellar como foi publicado.

O posto do registo civil da freguesia de Rebordello, concelho de Vinhaes comprehende Valle das Fontes e não Valle dos Soutos como foi publicado.

O nome do ajudante do posto do registo civil da freguesia de Villar Sêco, concelho de Vimioso é José Manuel Loureiro Maldonado e não José Manuel Loureiro como foi publicado.

O nome do ajudante do posto do registo civil da freguesia de Santa Comba de Villariça, concelho de Villa Flor é Aureliano Augusto Pacheco e não Avelino Augusto Pacheco como foi publicado.

O posto do registo civil da freguesia de Valle Torno, concelho de Villa Flor, comprehende a freguesia de Caudoso e não Caudoso como foi publicado.

O nome do ajudante do posto do registo civil da freguesia de Sanhoane, concelho de Mogadouro é José Clemente Fernandes Cicouro e não José Clemente Mendes Cicouro como foi publicado.

O nome do ajudante do posto do registo civil da freguesia de Castro Vicente, concelho de Mogadouro, é Mario José Pinto e não Maria José Pinto como foi publicado.

Direcção Geral da Justiça, em 15 de abril de 1911. —
O Director Geral, *Germano Martins*.

Circular dirigida a todos os funcionarios do registo civil

Ex.^{mo} Sr. — Tendo-se suscitado duvidas na interpretação e execução de alguns artigos do Código do Registo Civil, e convindo esclarecê-las, em observancia do artigo 363.^o do mesmo Código, ordena o Ex.^{mo} Ministro da Justiça, depois de ouvir o Procurador Geral da Republica, que a todos os funcionarios do registo civil se dê conhecimento de que as duvidas referidas foram resolvidas pela maneira seguinte:

1.^o

Os parochos, quer sejam collados, quer encomendados, que guardavam os livros do registo parochial no dia 31 de março de 1911, continuam sendo seus detentores nos termos do artigo 7.^o e seguintes do Código do Registo Civil, mesmo com relação ás freguesias annexadas ou em que naquella data binavam.

2.^o

Como os funcionarios do registo civil ficam substituindo os parochos nessas funcções, teem de cumprir todas as obrigações que os diversos regulamentos impõem aos parochos, e designadamente o regulamento da contribuição de registo, as leis do recenseamento eleitoral, militar, etc.

3.^o

Quando qualquer conservador ou official, que não tenha ajudante, estiver impedido de funcionar por motivo justificado, será substituído pelo respectivo administrador do concelho ou bairro, e na falta d'este pelo presidente da camara municipal. O mesmo succederá, quando, havendo ajudante, este também estiver impedido; e quando por qualquer motivo estiver impedido de funcionar o ajudante encarregado de um posto, o official ou conservador respectivo nomeará interinamente a pessoa idonea que o deve substituir, participando-o ao conservador geral.

4.^o

Os livros para o registo nas conservatorias e repartições concelhias, são formados de cadernos numerados e rubricados pelos Procuradores da Republica e seus Delegados, podendo haver para cada especie de registo nos concelhos ou bairros um só termo de abertura, sem que nelle se deva indicar o numero de folhas que vão ser numeradas e rubricadas. Para se exercer a devida fiscalização os magistrados que rubricarem cadernos destinados ás diferentes especies de registo tomarão nota da numeração da ultima folha d'esses cadernos, passando o conservador ou official recibo d'esses cadernos ou rubricando a nota que fica archivada; e quando lhe forem apresentados mais cadernos, deve rubricá-los e continuar a numeração em seguida á anterior dos cadernos destinados á mesma especie de registos. O conservador ou official distribue pelos postos da sua área os cadernos necessarios, guardando na sua repartição os que contiverem os termos de aberturas.

Para facilitar a brevidade do serviço e attendendo ao grande movimento das conservatorias do registo civil das cidades de Lisboa e Porto, podem nessas repartições existir para cada especie de registo alguns cadernos da mesma forma rubricados e numerados seguidamente, de modo que, ao mesmo tempo possam ser lavrados dois ou mais

registos de nascimento e respectivos duplicados; e assim se poderá também fazer em relação aos registos de casamentos e obidos.

5.^o

Os livros do registo civil dos funcionarios especiaes de que trata o artigo 34.^o poderão também ser numerados e rubricados pelo Conservador Geral, que receberá os emolumentos fixados nos respectivos regulamentos. Todas as autoridades indicadas no artigo 63.^o poderão delegar a numeração e rubrica dos livros a seu cargo em empregados seus dependentes, sob sua responsabilidade, mas deverão sempre assinar o termo de abertura e rubricar a ultima folha numerada em cada livro.

6.^o

A nota explicativa dos nomes e appellidos e a indicativa de documentos, lavradas á margem dos assentos, não se consideram como averbamentos para effeito algum, e por isso são gratuitas.

7.^o

Para se fazerem as transcrições a que allude o artigo 117.^o, deve a parte solicitar e apresentar certidões dos actos constantes do registo parochial, em papel selado e devidamente reconhecidas.

8.^o

Só é obrigatoria a transcrição de actos do registo parochial nos livros do registo civil, quando é necessaria a existencia d'esses actos no registo para serem á margem d'elles averbados os divorcios, legitimações, nullidades e annullações de casamentos. Nos demais casos, salvo os mencionados no artigo 357.^o, a transcrição é facultativa, e, em todos os casos, os documentos, transcrições e averbamentos serão pagos pelas partes, quando não sejam indigentes.

9.^o

Como presentemente é grande o movimento dos registos dos nascimentos, principalmente por virtude das transcrições dos anteriores constantes dos registos parochiaes, o Ex.^{mo} Ministro autoriza que até 30 de junho proximo, todos os registos de nascimentos possam ser feitos dentro do prazo de trinta dias, contanto que as declarações a que se refere o artigo 123.^o sejam apresentadas dentro de sete dias, sendo certo que só depois de lavrado o registo civil é que pode ser passado o boletim a que se refere o artigo 310.^o

10.^o

O artigo 133.^o applica-se, por força da sua disposição e da do artigo 354.^o, aos registos de nascimentos dos individuos que completarem 14 annos de idade desde o dia 1 de abril de 1911 em deante; e também se applica por força da 1.^a parte do artigo 211.^o e da referencia generica do artigo 360.^o, áquelles que completaram os 14 annos antes d'aquella data, e em geral a todos os nascidos até 31 de março de 1911, qualquer que seja o espaço de tempo decorrido desde o seu nascimento.

Todavia, se o registando tiver mais de 14 annos no momento do registo, a intervenção das quatro testemunhas e a presença do registando, que assinará, sabendo, são indispensaveis, ao passo que, se tiver menos de 14 annos, bastarão duas testemunhas, desde que o funcionario do registo civil se certifique, por si, da veracidade das declarações do representante do registando, relativamente ao lugar e á epoca do nascimento. Na falta do conhecimento directo do funcionario, exigirá este as quatro testemunhas referidas. Em todos os casos de registo de nascimento de individuos nascidos antes de 1 de abril de 1911, é essencial indicar se já havia ou não registo parochial e a parochia e o anno do registo, no caso affirmativo. Por analogia do disposto no artigo 359.^o, os interessados devem fazer registrar os nascimentos dos individuos não inscritos no registo parochial e nascidos antes de 1 de abril, até 31 de dezembro de 1911, o mais tardar, sendo resolução do Ex.^{mo} Ministro estabelecer penalidades para os que o não fizerem até essa data.

11.^o

O certificado de domicilio ou residencia a que se refere o artigo 189.^o, pode ser passado indistinctamente pela junta de parochia ou pelo regedor.

12.^o

A declaração de que o filho é legitimo ou illegitimo não é indispensavel, desde que das restantes declarações, taes como: nomes e estados dos paes, data do casamento d'estes, etc., resulte claramente e sem a menor sombra de duvida, que o registando é filho legitimo ou illegitimo. Quando os nomes de um ou ambos os paes não puderem ser declarados, por inhabeis, dir-se-ha que o registado é filho de pae ou paes incognitos.

13.^o

O certificado de obito a que se refere o artigo 249.^o, deve ser passado em papel commum e sem sello.

14.^o

Quando o regedor de qualquer parochia accumule as suas funcções com as de ajudante de posto de registo civil, os boletins a que se refere o artigo 255.^o devem ser subscriptos pelo seu substituto.

15.^o

As certidões de obito a que se refere o artigo 261.^o, passadas em papel commum, são contadas a final, em regra de custas; e para o effeito de se cobrar a percentagem de 10 por cento pertencente ao Estado, o funcionario collará e inutilizará ao lado da conta, no respectivo

processo, o sêllo representativo d'essa percentagem. A contribuição industrial é liquidada e paga como a dos restantes funcionarios que intervierem nos processos.

16.º

Os sellos devidos pelos diversos actos do registo, estão fixados nas tabellas do sêllo em vigor e devem ser collados e inutilizados em harmonia com o respectivo regulamento, declarando-se no final dos actos a importancia dos sellos que vão ser collados.

17.º

Nos hospitaes, hospícios, lazaretos ou outros estabelecimentos analogos, em que não tenham sido criados postos do registo civil, podem os registos continuar a ser lavrados nos livros lá existentes, com tanto que esses registos contenham as declarações exigidas pelo Codigo do Registo Civil. Os postos poderão ser criados em todos os hospitaes e estabelecimentos analogos, em que o movimento de nascimentos ou de obitos recomende essa criação; mas neste caso, os já criados e os que de futuro venham a sê lo, ficam sujeitos a todas as determinações do Codigo e os ajudantes serão subordinados aos respectivos officiaes ou conservadores.

18.º

Os registos feitos nos livros do registo parochial desde 20 de fevereiro até 31 de março de 1911 devem ser transcritos até 30 de junho proximo nos livros do registo civil, mediante apresentação da certidão extraída do registo parochial, paga pelas partes, cobrando, até então, o respectivo funcionario, metade dos emolumentos e dos sellos; passado aquelle dia 30, de junho proximo, os assentos do do registo parochial não terão valor ou effeito algum emquanto não forem revalidados pela transcrição nos livros do registo civil, pagando-se o dobro dos emolumentos e sellos.

Todavia os interessados que não apresentarem as certidões dos actos lançados nos livros do registo parochial neste periodo, ou mesmo anteriormente, poderão celebrar os registos directamente mediante as cautellas a que se referem os artigos 133.º, 211.º e 360.º e como vae explicado na nota n.º 10.º.

19.º

A transcrição nos livros do registo civil de actos já constantes do registo parochial ou de outro registo civil, faz-se em vista da certidão de teor d'aquelles registos, devidamente reconhecida, copiando-se textualmente a certidão, que fica archivada; e nos averbamentos a inscrição faz-se por extracto, com referencia expressa ao documento, acto ou sentença, incluindo o caso de divorcio nos termos do artigo 231.º, a que está subordinado o artigo 40.º, n.º 7.º

20.º

A disposição do artigo 343.º deve ser applicada, quanto á correspondencia telegraphica, só em casos excepcionalmente graves e urgentes, devendo, de preferencia, usar-se da correspondencia postal.

Espera o Ex.º Ministro que V. Ex.ª, com o seu zêlo e competencia, muito concorrerá para que o importantissimo serviço do registo civil seja desempenhado com a maior exactidão e pontualidade, de forma a inspirar toda a confiança; e para que os interessados tenham conhecimento exato de algumas disposições do Codigo do Registo Civil, que muito lhes interessam, edota-lhe que faça affixar em todas freguesias da sua area, editaes contendo um extracto dos assuntos versados nos n.ºs 10.º e 18.º da presente Circular.

Saude e Fraternidade.

Lisboa, Conservatoria Geral do Registo Civil, em 15 de abril de 1911. — O Conservador Geral, *Germano Martins*.

MINISTERIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Publica

2.ª Repartição

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

São transferidos do capitulo 1.º, artigo 1.º, da tabella da despesa do Ministerio das Finanças, que provisoriamente vigora no corrente anno economico, para o capitulo 11.º da mesma tabella, as importancias de 6:450\$000 réis e 5:500\$000 réis, devendo a primeira d'estas quantias ser descrita na secção 1.ª do artigo 95.º para aquisição de cento e cincoenta vagonetes para o serviço do trafego da alfandega de Lisboa, e a segunda no artigo 98.º para reparações a effectuar no vapor n.º 1 da mesma alfandega.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 12 de abril de 1911. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Antonio José de Almeida* — *Afonso Costa* — *José Relvas* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Bernardino Machado* — *Manuel de Brito Camacho*.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

Rectificação

No *Diario do Governo* n.º 85, de 13 do corrente, pagina 1:534, 1.ª columna, na parte referente á commissão no-

meada para formular para uso na Armada, um regulamento de continencias e honras militares, onde se lê: «por decreto de 16 de maio findo» deve ler-se «por decreto de 16 de março findo».

Majoria General da Armada, em 15 de abril de 1911. — Pelo Major General da Armada, *Miguel E. Teixeira de Barros*, capitão-tenente.

2.ª Repartição

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministerio da Marinha e Colonias, conceder noventa dias de licença registada, para gozar a partir do dia 14 do corrente, em que termina a sua actual licença, ao primeiro tenente Antonio Alves Pereira de Matos.

Paços do Governo da Republica, em 15 de abril de 1911. — O Ministro da Marinha e Colonias, *Amaro de Azevedo Gomes*.

Direcção Geral das Colonias

1.ª Repartição

2.ª Secção

Despachos effectuados nas datas abaixo indicadas

Por decretos de 11 do corrente:

Bacharel Fernando Garcia Marques — aposentado no lugar de juiz de primeira instancia do quadro da magistratura judicial das colonias, com a pensão annual de 1:000\$000 réis, estabelecida na tabella annexa ao decreto de 14 de novembro de 1878, e nos termos do disposto no n.º 4.º do § 1.º do artigo 1.º da lei de 28 de junho de 1864.

Presbytero José Antonio Pires — aposentado no lugar de professor de preparatorios do collegio das missões ultramarinas, com o ordenado por inteiro, a cargo do cofre do sobredito collegio.

Direcção Geral das Colonias, em 15 de abril de 1911. — O Director Geral, *A. Freire de Andrade*.

5.ª Repartição

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministro da Marinha e Colonias, comunicar aos governadores das Colonias que as familias dos medicos e pharmaceuticos dos quadros de saude teem direito a transporte por conta do Estado, quando aquelles funcionarios viajem, por ordem superior e conveniencia do serviço, de um para outro ponto das suas respectivas provincias, comprehendendo-se como pessoas de familia a mulher, as filhas solteiras ou viúvas, os filhos menores e a mãe viúva, com as quaes os referidos funcionarios vivam permanentemente e a cujo sustento tenham de prover, ficando, porém, entendido que este direito é applicavel somente nos casos em que as commissões de serviço a desempenhar sejam iguaes ou superiores a um anno.

Paços do Governo da Republica, em 15 de abril de 1911. — O Ministro da Marinha e Colonias, *Amaro de Azevedo Gomes*.

MINISTERIO DO FOMENTO

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos

1.ª Repartição

1.ª Divisão

Despachos effectuados nas datas abaixo indicadas

Em portarias de 11 do corrente:

João Antonio de Carvalho, segundo aspirante com exercicio na estação de Ovar, e Maria do Patrocinio Azambuja Machado, ajudante da mesma estação — transferidos, por conveniencia do serviço, para a estação telegrapho-postal da Covilhã.

Manuel Augusto Duarte da Silva e Joaquim Gomes Ferreira, segundos aspirantes da estação telegraphica central do Porto — transferidos, por conveniencia do serviço, para a estação telegrapho-postal de Ovar.

José Maria Ribeiro e Sousa, primeiro aspirante da estação da Covilhã — transferido, por conveniencia do serviço, para a estação telegrapho-postal de Setubal.

Manuel Fernandes de Almeida, segundo aspirante do quadro telegrapho-postal, que foi dispensado da frequencia do curso de telegraphos — collocado na estação telegrapho-postal de Coimbra.

2.ª Divisão

Em 31 de março ultimo, portarias:

José Ribeiro Neto — exonerado, pelo pedir, do lugar de encarregado da estação de 4.ª classe de Terrenho, do concelho de Trancoso, districto da Guarda.

Maria Filomena de Aguiar — nomeada para o lugar de encarregada da estação de 4.ª classe de Terrenho, do concelho de Trancoso, districto da Guarda, com retribuição annual equivalente á que percebia o anterior encarregado. (Visto do Tribunal de Contas de 5 de abril de 1911).

Graciana Ferrão — nomeada para o lugar de encarregada da estação de 4.ª classe de Povoia de Midões, do concelho de Tábua, districto de Coimbra, com a retribuição annual equivalente á que percebia o fallecido anterior encarregado José Ricardo da Costa Vieira. (Visto do tribunal de contas de 5 de abril de 1911).

José Augusto Carolino — novamente nomeado para o lugar de encarregado da estação de 4.ª classe de S. João do Campo, do concelho e districto de Coimbra. (Visto do Tribunal de Contas de 5 de abril de 1911).

Em despacho de 3 do corrente:

Manuel Alves — exonerado do lugar de distribuidor rural jornaleiro do concelho de Pampilhosa da Serra (8.º giro).

José Theodoro Caetano — nomeado para o lugar de distribuidor rural jornaleiro do concelho de Pampilhosa da Serra (8.º giro), em substituição do antecedente. (Visto do Tribunal de Contas de 7 de abril de 1911).

Em despacho de 5 do corrente:

Francisco Mariano Manhoso, distribuidor supranumerario da estação de Figueira da Foz — nomeado para o lugar de distribuidor jornaleiro da mesma estação, em substituição de Francisco Lopes, que foi exonerado. (Visto do Tribunal de Contas de 8 de abril de 1911).

Em despacho de 6 do corrente:

João Soares Pires, distribuidor supranumerario da Estação de Tavira — nomeado para o lugar de distribuidor jornaleiro da mesma estação, em substituição de Joaquim Eduardo dos Santos, que foi demittido. (Visto do Tribunal de Contas de 8 de abril de 1911).

Em despacho de 8 do corrente:

Joaquim Alves — nomeado para o lugar de distribuidor supranumerario de Vianna do Castello.

Em portarias de 11 do corrente:

Jerónimo Pires Barata — exonerado do lugar de encarregado da estação de 4.ª classe de Malpica do concelho e districto de Castello Branco, por irregularidades commettidas no serviço.

José Maria de Figueiredo Cabral Camara — exonerado, por conveniencia do serviço, do lugar de encarregado da estação de 4.ª classe de Otta, do concelho de Alemquer, districto de Lisboa.

Em despacho de 11 do corrente:

João Cataluna Peres, distribuidor effectivo da estação de Beja — concedido o abono inherente á medalha instituida por decreto de 28 de setembro de 1898.

Em portaria de 12 do corrente:

Arnaldo Herculano de Castro e Carlos David dos Santos, segundos aspirantes do quadro dos correios de Lisboa e Porto, em exercicio na estação central dos correios de Lisboa — transferidos, por conveniencia do serviço, para a estação central dos correios do Porto.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos, em 12 de abril de 1911. — O Director Geral, *Antonio Maria da Silva*.

5.ª Repartição

2.ª Divisão

Em conformidade com o disposto no artigo 9.º do regulamento para o serviço de ordens postaes approved por decreto de 6 de maio de 1909, faz-se publico que foi estabelecida a venda de ordens postaes na estação telegrapho-postal abaixo designada:

Districto	Concelho	Estação
Faro	Faro	Estoi.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos, em 15 de abril de 1911. — O Director Geral, *Antonio Maria da Silva*.

Direcção Geral do Commercio e Industria

Repartição da Propriedade Industrial

1.ª Secção

Registo de recompensas

Aviso de pedidos

Para conhecimento dos interessados se faz publico que, nas datas abaixo indicadas, foram pedidos os registos das recompensas que seguem:

Em 24 de março de 1911:

N.º 471.

Medalha de prata da Exposição Industrial Portuguesa, 1890.

De Joaquim Gonçalves Costa, português, commerciante, estabelecido na Rua Nova do Carmo n.ºs 104 e 106, em Lisboa.

Conferida aos seus productos.

N.º 472.

Medalha de bronze da Exposição Universal de 1889, da Republica Francesa.

Do mesmo.

Conferida ao mesmo.

Da data da publicação do terceiro aviso começa a contar-se o prazo de tres meses para as reclamações de quem se julgar prejudicado com a concessão dos referidos registos.

Direcção Geral do Commercio e Industria, em 7 de abril de 1911. — O Director Geral, *E. Madeira Pinto*.